

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16641 - Resumo Expandido - Trabalho - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 08 - Educação Superior

DESAFIOS DE IMPLEMENTAR UMA POLÍTICA DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Maria Aparecida Marques da Rocha - Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Maria Janine Dalpiaz Reschke - UFPel - Universidade Federal de Pelotas

Vergilio Gabriel da Silva - UNISINOS/PPGE GESTÃO EDUCACIONAL -
UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS

DESAFIOS DE IMPLEMENTAR UMA POLÍTICA DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

RESUMO

A inclusão de estudantes com deficiência na educação superior (ES) tem sido um desafio para a gestão das Instituições de Ensino Superior (IES). Este estudo é um recorte de uma pesquisa conduzida por Grupo de Pesquisa/CNPq que atua em uma universidade comunitária no Sul do Brasil. A pesquisa foi realizada em três instituições, duas comunitárias e o Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS). O problema central da investigação é: Quais são as estratégias de gestão utilizadas nas Instituições de Ensino Superior para permanência e conclusão de estudantes com deficiência? Nessa comunicação buscou-se como objetivo geral analisar as estratégias de gestão utilizadas pelas IES para permanência e conclusão do estudante com deficiência, com a finalidade de identificar processos e práticas para a inclusão que qualifiquem a formação acadêmica. Elencamos os objetivos específicos relacionados a esse recorte da pesquisa: Mapear as ações utilizadas pela IES para a inclusão do estudante com deficiência e analisar, a partir dos professores, como ocorrem os processos e práticas de inclusão das IES para a permanência e conclusão de estudantes com deficiência. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório. Para coleta das informações utilizou-se estudos dos documentos institucionais e entrevistas semiestruturadas.

PALAVRAS-CHAVE: Estudantes com Deficiência, Educação Superior, Prática Pedagógica.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa toma como foco principal a inclusão de estudantes com deficiência para ampliar a reflexão sobre os desafios contemporâneos que interpelam as IES. A emergência de investigar como as universidades vêm respondendo a estes desafios, que incluem a

democratização e a inclusão, vem estimulando a realização de estudos sobre as alternativas e contextos produzidos para tal objetivo. As crises da universidade decorrem das dificuldades que esta instituição consolidada em uma cultura meritocrática tem tido para dar respostas às exigências de um novo tempo.

Temos entendido que uma política de inclusão deva oferecer possibilidades reais de investir em cada sujeito com deficiência. Isso requer ter plena e efetiva participação no processo de formação, o que se traduz pela garantia de acessibilidade aos espaços, a comunicação e também nas relações. Para isso, se faz necessário potencializar as aptidões individuais. É imprescindível que medidas de apoio individualizadas e efetivas sejam adotadas nos ambientes acadêmico e social, respondendo a inclusão plena. (BRASIL, 2007). Portanto, essas concepções norteiam a pesquisa. Adotando o conceito de que as práticas pedagógicas são práticas que se realizam para potencializar as intencionalidades de um projeto educativo que é conduzido por um pensamento reflexivo (FRANCO, 2012).

A busca foi no sentido de identificar, no IFRS, algumas estratégias que se enquadrassem no conceito adotado de inclusão de estudantes com deficiência e que se relacionassem com a gestão das práticas pedagógicas, quer curriculares, quer da aula universitária.

Ao longo de quase duas décadas, em função das políticas educacionais organizadas pelos governos, houve um maior acesso de estudantes ao ensino superior, principalmente, os socialmente desfavorecidos, oriundos das camadas populares da sociedade brasileira (MIRANDA, 2006). Ao mesmo tempo em que havia uma política embrionária de democratização da educação, outros movimentos ocorriam na sociedade, principalmente após a Constituição Federal de 1988, por busca de direitos individuais e coletivos, por uma maior cidadania.

O movimento crescente de acessibilidade e permanência, mesmo com o processo de democratização (SANTOS, 2010), vivenciado com maior intensidade na sociedade brasileira até 2016, sofreu uma desaceleração, devido a nova condução político-econômica no período de 2019 – 2022 do governo federal. Houve indicativos de que os investimentos destinados para a política de inclusão - especificamente os que envolviam estudantes com deficiência no ensino superior - foram reduzidos, contrariando os propósitos de inclusão incorporados por interesse de diversos grupos (THOMA e KRAEMER, 2017).

Outro aspecto relevante do estudo refere-se à definição do que entendemos como prática pedagógica: como a consciência de que o professor é um ator social, e deve interagir com o espaço social em que está inserido e buscar a interação e o retorno desta ação.

O professor tem uma atuação pedagógica diferenciada: ele dialoga com a necessidade do estudante, insiste em sua aprendizagem, acompanha seu interesse, faz questão de produzir aquele aprendizado, acredita que este aprendizado será importante para o aluno (FRANCO, 2012, p.160).

Considerando que existem muitos fatores internos e externos que contribuem ou não para a atuação do professor, da mesma maneira que esta atuação poderá variar conforme a localidade, até porque consideramos que o professor é um sujeito histórico e como tal influencia e é influenciado pelo espaço social em que está inserido. Seguindo a mesma linha de pensamento e aprofundando o estudo há de destacar que nem toda ação docente pode ser considerada uma prática pedagógica, uma vez que toda prática pedagógica exige uma intencionalidade, reflexão na ação docente e mais, imersão e interação social.

Em que pesem as práticas pedagógicas se organizam intencionalmente para atender a determinadas expectativas educacionais requeridas por uma dada comunidade social. Nesse sentido, elas enfrentam, em sua construção, um dilema essencial: sua representatividade e seu valor advêm de pactos sociais, de negociações e deliberações com um coletivo. Ou seja, as práticas pedagógicas se organizam e se desenvolvem por adesão, por negociação, ou, ainda, por imposição.

Para Franco (2016) a prática pedagógica é uma prática social que revela valores e expectativas com relação ao sujeito educado, compreendendo-a numa perspectiva ampliada e multifacetada. O conceito de prática pedagógica na perspectiva dessa autora foi importante nesse estudo, pois como ela explica, a prática pedagógica é como uma prática social que se organiza intencionalmente para atender a determinadas expectativas educacionais requeridas por uma comunidade social.

Cabe considerar que o estudo realizado trabalha em consonância com as definições anteriormente abordadas de que a prática do professor deve ser um ato que esteja relacionado diretamente com o social em que está inserido. Assim, fica evidente que a prática pedagógica é algo que vai além de dominar técnicas da docência, exige que o professor tenha consciência de sua função como ator social e que traga o aluno para interagir com ele, com a aula, com a escola, com a comunidade sendo sujeito ativo no conhecimento. Ressaltamos que a prática pedagógica exige do professor um esforço de sair da chamada “zona de conforto”, exigindo que além de estar conectado com a realidade social inserida, esteja constantemente buscando sua atualização e transformação.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório. Como instrumento para coleta das informações utilizou-se entrevistas semiestruturadas, que foram realizadas de forma remota, devido ao CORONAVÍRUS – 19. Os participantes estavam locados em 4 campi do IFRS: Bento Gonçalves, Alvorada, Canoas e Restinga, totalizando 11 professores. Foi critério para escolha desses sujeitos o fato de terem estudantes com deficiência matriculados nas suas disciplinas ou já terem tido em semestres anteriores. Foi aprovado pelo CEP da UNISINOS e pelo CEP do IFRS. A análise dos dados empíricos, buscamos em Moraes (1999) a referencialidade para a construção da análise.

Identificamos ações que promovem o acesso e a permanência, de estudantes com

deficiência, essas ações envolviam a acessibilidade de ingresso pelas cotas para a inclusão, o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, das comunicações, dos sistemas de informação, dos materiais didáticos e pedagógicos. Esses procedimentos são disponibilizados no processo seletivo e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam ensino, pesquisa e extensão.

Os documentos legais destacam a importância da institucionalização da Política de Inclusão na Instituição. Ao analisarmos as estratégias de gestão utilizadas pelas IES para permanência e conclusão do estudante com deficiência, identificamos que está em processo de implementação, possui setores especializados instituídos para fazerem a mediação entre coordenação de curso, professores, estudantes e suas famílias. Ao analisarmos as entrevistas foi perceptível que esse setor mobiliza processos dessa articulação, mas que em alguns momentos é fragilizado pela pouca oferta de formação continuada para os professores, sobre o tema. Isso é refletido nas poucas práticas pedagógicas observadas e o que apareceu nas narrativas dos professores foram as adaptações que realizavam nas avaliações.

Nessa perspectiva, as práticas pedagógicas realizam-se como sustentáculos à prática docente, num diálogo contínuo entre os sujeitos e suas circunstâncias, e não como armaduras à prática, que fariam com que esta perdesse sua capacidade de construção de sujeitos.

Neste sentido, podemos inferir que raros foram os exemplos de práticas pedagógicas, percebemos que as práticas em sala de aula estavam mais presentes em Adaptações nas avaliações; Aulas síncronas com a presença de intérprete e entregas de avaliações de forma oral.

As atividades avaliativas também são consideradas como ponto positivo na relação aluno professor, que buscam desenvolvê-las de forma que se adequem ao tipo de deficiência que o aluno possui. Ficou manifesta na narrativa dos professores a falta de uma construção de vínculo com o Núcleo de Atendimento as Pessoas com Necessidades Educacionais específicas (NAPNE), onde possam auxiliar o professor a desenvolver uma relação mais significativa com o estudante, considerado pelos professores como aspectos a melhorar.

No que se refere a Política de Inclusão institucional, os professores consideram que existe uma normativa, documentos de orientação, garantia de acesso e o Plano Educacional Individualizado (PEI). No entanto, manifestaram que essa Política ainda está em construção. Como aspectos a melhorar, infere-se a partir das narrativas dos professores que muitos não possuem conhecimento específicos com relação as deficiências que os alunos apresentam e que, muitas vezes não sabem como adequar o seu plano de ensino e suas práticas na aula ao próprio PEI. Sentem falta de um contato mais permanente com os responsáveis pelo NAPNE. Nas narrativas demonstraram confusão em relação ao conceito de pessoa com deficiência.

Nos discursos dos professores ficou manifesto que são oferecidas formações continuadas sempre no início dos semestres, ou seja, duas vezes ao ano. Mas que o tema acessibilidade ou inclusão dos alunos com deficiência, não aparece como temas específicos.

Expressam os professores em suas narrativas que, sentem a necessidade de formações com relação a inclusão em uma periodicidade contínua, que a medida que os alunos ingressem nos cursos, eles possam aprender sobre o tipo de deficiência que o aluno possui, estratégias de ensino, recursos pedagógicos e um acompanhamento formativo e permanente do NAPNE, não somente informativo.

Ressaltamos que a realidade dos *Campis* é diferente, o da Restinga apresenta uma política de inclusão mais consolidada, um NAPNE mais articulado com os professores. Em Canoas, Alvorada e Bento Gonçalves, apresentam a política de inclusão em processo de implementação, o que podemos inferir, que explique o fato de a narrativa dos professores, ser expresso o reconhecimento da existência da Política de Inclusão, mas o não aprofundamento de fato.

Nas entrevistas observou-se a pré-disposição dos professores em acolherem os estudantes com deficiência, mas, percebemos que em sua maioria, estavam voltadas para adaptação de avaliações, não contemplando o cotidiano acadêmico e práticas pedagógicas diferenciadas. Também foi manifesto nas entrevistas que nem sempre os professores participam das construções dos PEI, pois acabam recebendo prontos da equipe pedagógica.

CONSIDERAÇÕES

Ao analisarmos as estratégias de gestão utilizadas pelo IFRS para permanência e conclusão do estudante com deficiência, identificamos que há uma Política Nacional, com diversas regulamentações, possui setores especializados para fazerem a mediação entre coordenação de curso, professores, estudantes e família. No entanto, a pesquisa apontou que um dos desafios é desenvolver propostas que possam sensibilizar e envolver os professores para que qualifiquem o trabalho docente. Outro desafio é propiciar espaços para que o professor seja ouvido e que ele realmente possa participar da construção dos processos pedagógicos, transformar esses lugares de formação em espaços, que abriguem a existência de programas de formação docente permanente articulando à missão institucional incluindo docentes e estudantes. Será que as instituições estão proporcionando esses espaços? Que perfis e saberes são necessários aos docentes? As energias institucionais que foram acionadas nessa direção, garantem a consolidação do acesso e permanência dos estudantes com deficiência?

Essas questões orientam novos estudos e acenam para uma contribuição consistente aos desafios da qualidade da educação superior em nosso país.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência.**2007.

FRANCO, M.A. **Prática pedagógica e docência:** um olhar a partir da epistemologia do conceito. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília: v.

97, n. 247, p. 534-551, set/dez. 2012.

MIRANDA, T. G. **A inclusão de pessoas com deficiência na universidade**. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2., 2006, Vitória. Anais. Vitória: UFES, 2006.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**. Porto Alegre, v.22, n.37, 1999, p.7-32.

SANTOS, B. de S. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 3^aed. São Paulo, Cortez:2010.

THOMA, A. da S.; KRAEMER, G. M; ACORSI, Roberta. **O desafio da inclusão escolar de alunos com deficiência**. Palestra proferida no curso AEE.